

Diário do Legislativo de 01/08/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/7/2008

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio e Gilberto Abramo (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação do PMDB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.588/2008, no 1º turno (Deputado Sebastião Helvécio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença dos Deputados Antônio Júlio e Sebastião Helvécio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.431/2008 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O Deputado Jayro Lessa se retira da reunião. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.298/2008, no 2º turno, e 1.888/2007 e 2.164/2008 deixam de ser apreciados, em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Antônio Júlio e Zé Maia. O Projeto de Lei Complementar nº 36/2007 e os Projetos de Lei nºs 593/2007, 2.267, 2.268, 2.999 a 2.301 e 2.455/2008 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais, e os Projetos de Lei nºs 373 e 536/2007, por terem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente designa o Deputado Sebastião Helvécio para emitir parecer sobre os Requerimentos nºs 2.715, 2.716 e 2.719/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinária, na mesma data, às 17 e 19 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2008.

Jayro Lessa, Presidente - Elisa Costa - Antônio Júlio - Sebastião Helvécio - Lafayette de Andrada.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/7/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.978 e 2.475/2008, (Deputado Gilberto Abramo) e 2.258/2008 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.978 e 2.475/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.258/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias em 17/7/2008, às 9h30min e às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo - Vanderlei Jangrossi.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/7/2008

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados e amigos que me ouvem pela TV Assembléia; uma breve palavra no encerramento dos nossos trabalhos. Estamos hoje na última sessão ordinária legislativa deste semestre. Estamos entrando agora no recesso parlamentar até o princípio de agosto. Eu não poderia deixar de subir a esta tribuna para pontuar alguns avanços conquistados pelo governo de Minas através da progressista administração de nosso Governador Aécio Neves.

Ontem, subiu a esta tribuna o eminente Deputado Sávio Souza Cruz, que fez algumas considerações sobre a sucessão na Capital mineira e teceu algumas críticas ao apoio que vários partidos vêm trazendo ao governo de Minas. É imperioso dizer que o apoio que o Governador Aécio Neves conseguiu conquistar nos partidos da base, formando uma ampla maioria na Assembléia Legislativa, foi fruto do imenso trabalho e da sensibilidade que os parlamentares e os demais partidos tiveram com o intenso progresso trazido a Minas Gerais, jamais visto antes na história do País.

Minas Gerais cresce hoje o dobro da média nacional em absolutamente todos os itens. Estamos à frente de todos os Estados. Estamos o dobro do governo federal e da média dos Estados no crescimento da agricultura, na exportação, na geração de renda e de emprego. Os índices de violência estão diminuindo em Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Pasmem V. Exas.: enquanto em todo o País o tema mais discutido é o crescimento da violência nas grandes cidades, a violência diminuiu na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em todo o Estado! Os índices são oficiais, são índices de institutos não vinculados ao governo, os quais mostram de maneira contundente que o esforço feito pelo governo de Minas em prol da segurança do cidadão mineiro tem surtido efeito. Minas é o Estado que mais investe em segurança, e os frutos estão aí.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso lembrar que são ações como essa que motivam os partidos da base a apoiar o Governador Aécio Neves, e o fazem com orgulho, vão para o interior e dizem com orgulho: "Sou Deputado da base do Governador Aécio Neves, porque nunca um Governador fez o que está sendo feito no Estado de Minas Gerais".

Todos já sabem, mas é importante recordar o Processo, uma medida destemida do Governador que está ligando, por asfalto, todos os Municípios de Minas Gerais. Isso era um choro, era uma reivindicação de mais de 50 anos. E é o Governador Aécio Neves que está fazendo. Ainda há o programa que está ligando, por telefonia celular, absolutamente todos os Municípios de Minas Gerais, em parceria com as empresas de telefonia móvel. Essa é uma conquista de poucos Estados que está ocorrendo graças ao Governador Aécio Neves, graças à sua sensibilidade para ver as dificuldades do homem do campo, dos Municípios mais pobres e menos favorecidos. O governo de Minas está fazendo, tranquilamente, pelo menos uma obra em todos os 853 Municípios.

Cito aqui, para recordação, o esforço que vem sendo feito na educação e o salto de qualidade que conseguimos conquistar nesse setor. Minas Gerais foi o primeiro Estado a implementar o ensino básico de nove anos; Minas Gerais foi o primeiro Estado a distribuir livros didáticos de todas as disciplinas para o ensino médio. Minas aponta o caminho da educação. Vários Estados querem copiar o exemplo mineiro, e alguns estão copiando. Mas Minas aponta o caminho. Por isso cresce o dobro dos outros Estados em todos os setores.

Sr. Presidente, quero lembrar aqui também a ação do Estado na saúde. Nunca se investiu tanto na saúde em Minas Gerais. Nenhum Estado do Brasil investe tanto no Programa Saúde da Família como Minas. Para que os telespectadores tenham noção, todas as políticas públicas implementadas em Minas Gerais são sempre mais caras, de maior envergadura do que nos outros Estados, porque Minas tem o dobro de Municípios. Falarei sobre um caso do qual todos se recordarão: há dois anos, o Governador Aécio Neves doou uma ambulância para cada Município; depois, doou outras. Na primeira etapa, foram adquiridas mais de 400 ambulâncias. Houve briga entre os Prefeitos para saber quem receberia as primeiras unidades, que foram distribuídas de acordo com índices técnicos. O fato é que todos receberam suas ambulâncias.

Façamos uma comparação: o Rio de Janeiro é um Estado que tem 92 Municípios. Se essas 400 ambulâncias adquiridas pelo governo de Minas tivessem sido distribuídas no Rio de Janeiro, cada Município receberia quatro unidades. E no primeiro momento, em Minas Gerais, nem a metade estava recebendo. Isso demonstra o gigantismo e o esforço da gestão pública para atender a todos os Municípios e a todo o Estado de Minas Gerais. Isso também acontece na educação e na segurança, enfim, em todas as áreas.

Maior ainda é a importância desses atos feitos em Minas Gerais, porque, se eles fossem feitos em outros Estados, isso seria muito mais fácil. Aqui, em Minas, tudo é mais difícil.

Sobre o programa de iluminação Luz para Todos, Minas Gerais já investiu mais de R\$160.000.000,00. O que foi esticado de cabo para levar a luz aos rincões de Minas, às regiões da zona rural, e aos pequenos Municípios, é o equivalente a quatro voltas na Terra. É por isso que, em Minas, tudo é mais difícil e caro, mas isso não intimida o nosso Governador que, de maneira intrépida e destemida, executa os programas que precisam ser feitos, e faz isso com sucesso. Em Minas os programas que se iniciam têm data, hora, e recursos para começar e para terminar. Aqui não se inicia nenhuma obra em véspera de campanha, para fazer a inauguração do início de uma obra, como pedra fundamental, apenas para dizer, por exemplo, que estamos iniciando a inauguração de um novo hospital. As obras em Minas Gerais que se iniciam têm recursos e data para serem concluídas, e elas o são nas datas marcadas. Daí o sucesso da administração Aécio Neves.

Por isso os partidos da base aliada apóiam, com muito orgulho, o governo Aécio Neves; e também é por isso que os parlamentares dos partidos da base aliada vão para o interior e estufam o peito para dizer que estão com o Governador Aécio Neves, porque o Aécio conhece os problemas de Minas e trabalha para solucioná-los.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui, de maneira respeitosa, discordar das palavras do eminente Deputado Sávio Souza Cruz, que aqui esteve ontem para fazer críticas ao governo de Minas. Talvez o Deputado Sávio Souza Cruz não conheça esses números ou não saiba o que está acontecendo em Minas Gerais, ou seja, esse verdadeiro terremoto de obras que está havendo aqui. Minas Gerais está estremecendo de tantas obras, de tanto investimento, de tanto progresso, e de tanto desenvolvimento como nunca visto na história deste Estado.

Termino minhas palavras parabenizando o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho pela maneira serena e inteligente com que tem conduzido os trabalhos nesta Casa.

Concedo aparte à eminente Deputada Ana Maria Resende, nossa valorosa representante do Norte de Minas.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)*- Deputado, gostaria de fazer de suas palavras as minhas. Como representante do Norte de Minas,

quero ser testemunha viva do trabalho que o Governador Aécio Neves vem fazendo em Minas Gerais e, em especial, no Norte de Minas. Lembro-me de quando ele assumiu o governo de Minas e disse que, se terminasse os quatro anos de mandato sentindo e percebendo uma mudança substancial no Norte de Minas e no Jequitinhonha, ficaria muito alegre e feliz. Ele terminou os quatro anos e encontrou o Norte de Minas e o Jequitinhonha de uma maneira realmente diferente, uma vez que hoje são regiões preparadas para o progresso. E agora, com certeza, o nosso Governador vai terminar os próximos quatro anos, e não só ele, mas também todos nós do Norte e do Jequitinhonha, agradecendo a Deus por nos ter dado um Governador que enxergou essas regiões historicamente esquecidas pelos demais governantes. No entanto agora essas regiões foram transformadas e já conhecem os resultados de uma administração comprometida e vitoriosa para todos.

Termino parabenizando V. Exa. e dizendo que a voz que falar algo diferente sobre essa administração está querendo jogar com a platéia ou enganar o nosso eleitorado mineiro. Muito obrigada pelo aparte.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço à eminente Deputada Ana Maria Resende, nossa valorosa Deputada de Montes Claros, que defende, com mão de ferro e com muito empenho, o Norte de Minas.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, gostaria de mostrar que o choque de gestão desenvolvido pela equipe do Governador Aécio Neves tem um foco, e a grande dificuldade que os governos têm é justamente definir as muitas necessidades, visto que os recursos não são tão grandes assim. Mas o governo de Minas elegeu as suas prioridades e trabalha com elas. Darei um pequeno exemplo para que as pessoas entendam. O governo de Minas elegeu o que chamou de áreas de resultado, que são 11 áreas: segurança pública, saúde, e outras mais. Além disso, todas as secretarias e todos os órgãos trabalham em conjunto para atingir determinada área de resultado. Por exemplo, na área da segurança, por que conseguimos tantos avanços? Porque todas as secretarias trabalham para atingir essa área de resultado. Obviamente a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social é a que mais investe na capacitação, no reequipamento e na inteligência das polícias, mas todas as demais secretarias também trabalham para atingir esse fim.

Por exemplo, a Secretaria de Educação criou e ampliou o programa de escola por tempo integral porque as crianças ficam na escola em vez de ficar na vadiagem, nos sinais, roubando e fazendo outras coisas. A Secretaria de Educação trabalha para diminuir a violência. A Secretaria de Esportes ilumina os campos de futebol nas favelas e os campinhos nos rincões, para que as crianças fiquem brincando até mais tarde, em vez de ficar na vadiagem. Assim, todas as Secretarias trabalham de maneira coordenada para atingir o mesmo fim. Isso acontece em todos os focos. Minas Gerais elegeu os seus focos, identificou os maiores problemas e fez com que todas as Secretarias trabalhassem de maneira integrada para atingir determinado problema.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo trabalho realizado nesta Casa e até concordo com a avaliação que faz. Mas tenho trazido a público, repetidamente, uma ação importante do Estado que alcança parte significativa do território onde militamos, a qual diz respeito à Fundação Caio Martins. Trata-se de um exemplo em que essa integração e articulação das ações das Secretarias precisam manifestar-se. As próprias ações da Secretaria de Esportes e da Juventude, onde está alocada a Fundação Caio Martins, não chegam às unidades da Fundação, pelo menos não chegam de forma organizada e articulada. Portanto, solicito o apoio do nobre Deputado nessa causa, que é muito importante para nossa região. Seis unidades da Fundação fazem um trabalho belíssimo, apesar da dificuldade estrutural e da necessidade fundamental de atualização da metodologia, pois há 60 anos a entidade trabalha praticamente com a mesma metodologia, que vem dando bons resultados, mas precisa ser adequada. Obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada* - A Fundação Caio Martins tem um carinho todo especial do governo de Minas e está sendo reestruturada para trabalhar com mais êxito e atender, como deve, o povo mineiro.

Para concluir, resalto que Minas Gerais deve agradecer muito a eleição, pela segunda vez consecutiva, do Governador Aécio Neves, pois ele tem levado o Estado a um progresso acima da média nacional. Oxalá vejamos nosso Governador na Presidência da República para fazer no Brasil o que fez em Minas. Obrigado e felicidades no recesso parlamentar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, colegas Deputados, servidores da Casa, amigos das galerias e telespectadores da TV Assembléia, a TV Assembléia tem-se tornado, cada vez mais, o canal de interação do povo com seus representantes. Particularmente, sou admirador da TV Assembléia e recebo muito retorno dos seus telespectadores a respeito do nosso trabalho na Casa. Isso engrandece nossa atividade parlamentar e a torna mais eficaz.

As pessoas precisam saber o que acontece aqui até para se sentirem representadas e respondidas em seus questionamentos. Quantos importantes projetos de lei propostos pelos Deputados nos chegaram por sugestão da população? Isso é muito importante. Fico feliz quando recebo em meu gabinete a sugestão de algum projeto de lei e, discutindo com a assessoria política e pesquisando sobre o tema, percebo que podemos avançar com esse projeto sugerido pela população por meio de "e-mail" ou telefonema, o qual acaba transformando-se numa lei aplicável.

Falando em lei aplicável, Doutor Viana, estou muito feliz em ver aprovado, em 2º turno, mais um projeto de lei de minha autoria: o Projeto de Lei nº 17/2007, que trata da afixação do calendário de vacinas infantis em todos os hospitais e centros de saúde da rede pública estadual. Também por sugestão e a pedido da população, com muito gosto elaborei e apresentei esse projeto, que entrou em tramitação e foi aprovado em 1º e 2º turnos. Trata de prevenção e informação, que é do que mais precisamos, pois, prevenindo as doenças infantis e informando as famílias, sobretudo as mais carentes, com a afixação nos hospitais da rede pública estadual das tabelas de vacinação, certamente reduziremos muito o acometimento de doenças e suas conseqüências, entre elas, pensando no orçamento do Estado, os próprios custos e gastos do Estado para atender a multidão que hoje vai aos postos de saúde, centros de atendimento e hospitais públicos, levando as crianças doentes. Acreditamos que o Projeto de Lei nº 17/2007, tendo sido aprovado em 2º turno, será rapidamente sancionado pelo nosso querido Governador Aécio Neves. Após promulgado e editado, veremos que ele é de fácil regulamentação e grande aplicabilidade. O Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião e também é dessa área, alegra-se comigo, certamente. Aproveito para agradecer aos nobres pares o fato de terem aplaudido o Projeto de Lei nº 17/2007, que trata das nossas crianças, o qual - estou certo - será de muita eficácia e aplicabilidade.

Quero ainda aproveitar a oportunidade, Doutor Viana, para dizer que, no próximo dia 25, teremos a formatura da 10ª turma de pós-graduação, no curso de especialização em Poder Legislativo, da Escola do Legislativo com o IEC PUC Minas. Tenho a alegria de fazer parte dessa turma. Isso me honra e me emociona, assim como me emociona a presença, neste Plenário, acompanhando nossas palavras, do Sr. Alaor, Diretor da Escola do Legislativo. Logo que fui eleito, fazendo um exame de consciência e uma autocrítica, constatei que, formado em medicina veterinária, e não sendo das áreas de economia, administração pública e nem mesmo do direito, era preciso formar-me, Deputado Hely Tarquínio.

Como me disse o Senador Pedro Simon, uma grande referência não só no PMDB mas em âmbito nacional e que estará aqui em poucos dias, além de informação, precisamos de formação. Inscrevi-me no curso de Poder Legislativo, na Escola do Legislativo, e estamos terminando o quarto módulo. Esse curso, para mim, foi uma grande surpresa em termos de qualidade, de formação.

Deputado Doutor Viana, neste último dia de trabalho do primeiro semestre, antes do recesso, quero parabenizar a Assembléia Legislativa, por

meio da Escola do Legislativo, tão bem conduzida pelo Sr. Alaor, que foi colega, está sendo colega e é aluno da 10ª turma de Poder Legislativo. Caminhamos juntos esses dois anos. A Escola do Legislativo e os cursos que tem ministrado são referências para o Brasil inteiro. Temos recebido pessoas de outros lugares - na nossa turma mesmo, há alunos do Rio de Janeiro -, pessoas que vêm a Minas Gerais por causa da qualidade da Escola do Legislativo, do seu corpo técnico e dos servidores desta Casa. Parece que sou o primeiro parlamentar a ter oportunidade de fazer esse curso durante o mandato. Parabéns a Escola do Legislativo e o Alaor.

Tomo a liberdade de ler o nome dos professores que ministraram as matérias: Teoria da Democracia, Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia; Direito Constitucional, Prof. Guilherme Wagner Ribeiro; Panorama da Política Brasileira, Prof. Eduardo Meira Zauli; Legislativo Comparado, Prof. Fabiano Guilherme Mendes Santos; História do Legislativo no Brasil, Profª. Rosinethe Monteiro Soares - quero ressaltar, Deputado Doutor Viana, ser ela uma das primeiras assessoras parlamentares da Câmara dos Deputados, que veio de Brasília e é excelente professora, um fenômeno de conhecimento; Organização e Processo Legislativos, Profª. Natália de Miranda Freire e Prof. Antônio Geraldo Pinto; Relacionamento Executivo-Legislativo, acabamos de ter a matéria com a Profª. Magna Maria Inácio, da UFMG; Relacionamento Ministério Público, Poder Judiciário e Legislativo, Profª. Maria Emília Naves Nunes; Representação de Interesses e o Legislativo, Profª. Maria de Fátima Junho Anastasia; Comunicação Política e Ética, Prof. Luís Aureliano Gama de Andrade, coordenador do nosso curso; Sistemas Eleitorais e Partidários, Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo; Legislativo e Políticas Públicas, Prof. Luís Aureliano Gama de Andrade; e Metodologia de Pesquisa Científica, Prof. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves.

Sr. Presidente, queria parabenizar, mais uma vez, a Escola do Legislativo, seus professores, funcionários, assessores, servidores, que realmente nos deram embasamento. Sendo novato nesta Casa, eu praticamente não sabia nada de Regimento Interno, e tivemos uma aula de altíssimo nível. E tantas outras matérias fundamentais para quem quer exercer um mandato e não tem uma trajetória longa foram ministradas, com toda a maestria, pelos nossos queridos professores. Sinto-me realizado, e, no dia 25, teremos a nossa formatura.

Queria externar que tive uma alegria maior ainda porque o nosso querido Vice-Governador, Prof. Anastasia, aceitou o convite para me orientar na monografia.

Então se acumulam muitas alegrias neste primeiro semestre na Assembléia. Fico muito feliz com os nobres Deputados, que, mais uma vez, não pouparam esforços para nos orientar. Toda a nossa formação visa contribuir mais para o nosso Estado e os nossos Municípios. O nosso Brasil termina ganhando com isso. Portanto quero deixar aqui louvores à Escola do Legislativo, a esse curso que foi ministrado com tanta excelência. A escola torna-se referência - aliás, terminamos obtendo também esse mérito indiretamente.

Com esse registro, já digo o tema da minha monografia. Como Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular, desde o início me encantou muito a possibilidade de realizarmos audiências públicas. Essa Comissão foi criada em 2003. Certamente, a partir daí, fez com que crescesse a participação popular e que vários segmentos e setores da sociedade viessem aqui, à Casa do povo, debater e discutir assuntos de seu interesse. Pesquisamos e trocamos idéia com o Alaor e com os professores. O que queremos desenvolver na nossa monografia, Sr. Presidente, é a ação e a importância da participação popular na tramitação dos projetos de lei - aliás, durante a tramitação, por meio de reuniões especiais, audiências públicas, seminários -, para que sejam elaboradas leis mais aplicáveis, autênticas e que realmente emanem do coração do povo. Isso dá legitimidade ao Estado Democrático de Direito, no qual buscamos que o destinatário das políticas públicas seja também o co-autor dessas regras, normas e leis.

Deputado Doutor Viana, tentaremos estudar e pesquisar sobre isso. Gostaria de agradecer a V. Exa., que presidiu a maioria das reuniões - aliás, muitas reuniões - com o nosso querido Presidente Alberto Pinto Coelho; ao Deputado Hely Tarquínio, que, para nós, também é hoje uma grande referência de conhecimento, um conhecimento generoso, que transpira para os demais Deputados; aos Deputados Vanderlei Miranda, Domingos Sávio, Sargento Rodrigues, Almir Paraca, e à Deputada Ana Maria Resende, que aqui estão; ao nosso querido Deputado Getúlio Neiva, que em breve contará com minha presença em Teófilo Ottoni; e aos demais Deputados.

Finalizamos este semestre. Todavia ainda vou até sexta-feira, dia 25, pois, na Escola do Legislativo, temos uma intensa grade de programação. Há muitas aulas concentradas. No dia 25, teremos também a nossa formatura.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao caro Deputado Getúlio Neiva, se a Presidência assim permitir.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Esta Presidência permite, pois é muito tranqüila. O Deputado Doutor Viana é companheiro das horas mais difíceis. Deputado Eros Biondini, queria dar-lhe um forte abraço em razão dos novos desafios que V. Exa. enfrenta agora pelas ruas de Belo Horizonte, tentando pôr-se como Vice-Prefeito numa chapa do PMDB. Belo Horizonte precisa respirar novos ares. Gostaria de cumprimentá-lo pela ousadia e agradecer a Deus por ter permitido que fôssemos amigos na Assembléia. Muito obrigado por estar aqui conosco. Se Deus quiser, os caminhos se abrirão para você. Um abraço.

O Deputado Eros Biondini - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva pelas palavras de carinho. Quero também registrar aqui, com a presença do Deputado Célio Moreira, meu querido amigo, essa nossa luta que travamos em defesa da vida. Tivemos muitas vitórias. Todavia, infelizmente, hoje as células-tronco congeladas estão liberadas para serem utilizadas. Lamentamos isso, mas tivemos grandes vitórias, Deputado Célio Moreira, na defesa da vida, na luta contra o aborto, na campanha contra as drogas, no Conselho Antidrogas. Quero celebrar isso com V. Exa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, público da TV Assembléia, nesta tarde, acompanhando os nossos colegas que já fizeram pronunciamento, gostaria de fazer uma avaliação breve do semestre que se encerra e, particularmente, do esforço concentrado de votação dos últimos dias. Entendemos que o Parlamento mineiro continua mantendo a sua tradição democrática, o esforço de relacionamento, de articulação com a sociedade, por meio de instrumentos, que, muitas vezes, a sociedade não conhece nem acompanha plenamente, ou seja, as audiências públicas e o trabalho das comissões. Muitas vezes, o Plenário da Casa, nas reuniões ordinárias, não reflete a dinâmica total da nossa Assembléia. Há um grande esforço de estar presente nas bases e acompanhar as demandas que vêm de todas as regiões de Minas Gerais, para que as matérias cheguem aqui e sejam apreciadas em projetos de lei. Além disso, as matérias passam pelo crivo dos movimentos sociais, populares, enfim, das comunidades que se organizam e precisam efetivamente da nossa participação e acompanhamento. É assim que essas demandas e esses reclamos chegam ao Parlamento e, a partir daqui, alcançam o conjunto das outras organizações do Estado, seja do Executivo, seja do Judiciário.

Um exemplo concreto é que acabamos de aprovar, pela manhã, o Projeto de Lei nº 26, que, de alguma maneira, reestrutura, reorganiza, amplia a assistência judiciária em Minas Gerais. Trata-se de um projeto fruto de muita discussão, de muitos debates, principalmente de um canal aberto com toda a sociedade de Minas, para fazer com que a demanda e as necessidades das diversas comarcas e de outras criadas neste momento, em todo o Estado, possam de fato receber o tratamento e o encaminhamento adequados.

Gostaria de cumprimentar todos os nossos colegas, na pessoa do nosso Presidente, e também os servidores da Casa, fundamentais no apoio de todo o trabalho, seja nas comissões, seja no Plenário, seja no processo de construção legislativa. Quero também destacar, concordando com o Deputado Eros Biondini, o trabalho primoroso da Escola do Legislativo, que, aliás, precisa ser melhor divulgado, pois é um trabalho fundamental e coloca a Assembléia de Minas Gerais na ponta dos Legislativos Estaduais do nosso país.

Sr. Presidente, gostaria também de trazer uma matéria publicada no jornal "Estado de Minas", de domingo, que traz uma avaliação e observa, com muita propriedade, um problema que tem afligido a comunidade de Paracatu, a minha querida Paracatu, minha cidade natal e minha principal base eleitoral. Trata-se da expansão da mina de ouro da canadense Kinross, que está em pleno curso em nossa cidade. Esse é um assunto controverso, polêmico. Temos nos debruçado sobre esse tema de forma dedicada e insistente. Sabemos que a mineração tem um peso muito grande na economia de Minas Gerais, e na minha cidade não é diferente. Temos lá a mineração de ouro, a Mineração Morro Agudo, do Grupo Votorantim.

Essas mineradoras são importantes como fonte de trabalho, geração de renda e dinamização da economia local. Elas também são componentes fundamentais no VAF, um importante imposto que impacta o ICMS que chega à nossa comunidade.

Queremos manifestar-nos quanto à questão da mineração. Primeiramente, estamos concluindo a consolidação das propostas do seminário "Minas de Minas". Anteontem, o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, acompanhado do Vice-Presidente, Deputado Doutor Viana, numa solenidade de que participei, fizeram o lançamento oficial da consolidação das propostas do seminário. Muitas delas serão remetidas - e precisarão da nossa dedicação - ao Congresso Nacional, que é o fórum adequado para discutir e reexaminar as principais questões que dizem respeito à tributação e à relação de concessão de lavra e, a partir daí, todo o ordenamento que diz respeito à exploração mineral.

Porém, há outras medidas que passam pela Assembléia, pela nossa alçada de avaliação, discussão e encaminhamento. Isso acontece particularmente àquelas relacionadas com o licenciamento ambiental, às questões ambientais que podem efetivamente passar pelo sistema ambiental de Minas Gerais.

De um lado, há o esforço de adequar-se a legislação, principalmente nesse cenário em que vemos as "commodities" minerais lá no pico. Sabemos que há grande volume de recursos envolvidos. Os lucros auferidos pelas mineradoras estão na estratosfera, e as comunidades onde esses empreendimentos estão instalados não os recebem de volta, pelo menos de maneira justa - e essa é a nossa avaliação. Não podemos pensar só nas comunidades, mas em todo o Estado de Minas Gerais, na partilha dos impostos, na Federação, nesse patrimônio mineral que é do povo mineiro, do povo brasileiro. Repito: na nossa avaliação, o povo está pouco contemplado com o volume dos resultados dos empreendimentos de exploração mineral.

Além dessa discussão maior de adequação, normatização, controle e fiscalização da legislação, por outro lado temos de ter abertura, sensibilização das mineradoras para que promovam compensações ambientais e sociais, além do que já impõe a legislação. Sabemos que a legislação é extremamente favorável ao setor mineral.

Assim é que, apesar de reconhecer a importância da mineração para o funcionamento das sociedades atuais, defendemos que as mineradoras realmente se abram a um diálogo mais profundo, principalmente com as sociedades onde suas minas estão instaladas, onde há exploração primária do mineral, porque é ali que se dá o principal impacto ambiental. São as comunidades locais que sentem diretamente os danos ambientais.

No que diz respeito a Paracatu, no final da reportagem a mineradora responde explicando o seu ponto de vista. O que nos tranqüiliza um pouco é exatamente a participação do Ministério Público de Minas Gerais, que tem feito um acompanhamento pormenorizado, cauteloso e tem cobrado muito. A cada denúncia, a cada suspeita, o Ministério Público busca cercar-se de informações precisas, busca apoio dos institutos de pesquisas, dos centros de pesquisas e das universidades para trazer a público informações verdadeiras, esclarecer denúncias e, se necessário, impor termos de ajustamento de conduta às empresas mineradoras, recuperando, assim, o direito da sociedade.

Outro ponto que a reportagem traz é sobre a disputa pela água. Esse é um tema que já foi tratado aqui, em diversos momentos e situações. No caso concreto, há uma disputa entre irrigantes e a mineradora RPM, em razão do grande volume de água que ela utiliza na sua exploração. Portanto, trata-se de um tema sobre o qual precisamos nos debruçar com mais cuidado. Todos sabemos o que vem acontecendo com as águas de Minas Gerais, um recurso cada vez mais escasso. Como nosso Estado tem ainda um grande potencial produtivo na agricultura, precisamos olhar com mais carinho e muita pertinência para essa questão. As disputas existem, os conflitos estão estabelecidos, e a legislação infelizmente não tem sido suficiente para equacionar essas disputas, essas demandas.

Gostaria de fazer o registro de um tema que está em uma reportagem do "Estado de Minas", publicada no último domingo, do médico e cientista Sérgio Ulhoa Dani, que trata da mineração em Paracatu. Na reportagem, ele é apresentado como uma pedra no sapato no processo de expansão da mineradora. Reconhecemos o trabalho, o esforço e sabemos do cuidado e do carinho por Paracatu e pelo povo de Paracatu que o Sérgio Ulhoa Dani tem. Reconhecemos também que está sendo levantada neste momento e a sociedade está realmente voltando os olhos para a questão ambiental, em Paracatu, principalmente em virtude da insistência e da determinação do médico e cientista Sérgio Ulhoa Dani de levar a público essas preocupações. Às vezes, falta um pouco de habilidade na condução, mas isso é natural em todos os processos. No que cabe a nós, que temos muito interesse na comunidade de Paracatu, já nos colocamos à disposição tanto do Dr. Sérgio Ulhoa Dani como de outros ambientalistas. Também nos colocamos à disposição para discutir, conversar e ouvir o lado da mineradora, acompanhando essa questão junto ao Ministério Público, na busca de uma solução negociada, que preserve os interesses maiores e primeiros do povo de Paracatu.

A propósito disso, Sr. Presidente, gostaria de apresentar novamente um tema que já trouxe aqui em outra ocasião. Em função do tema, queremos apresentar de novo algumas propostas que estamos defendendo, principalmente agora, neste momento eleitoral, para que a comunidade de Paracatu discuta e reflita. Esperamos que essas propostas sejam consideradas, principalmente pelos candidatos a Prefeito e pelos candidatos a Vereador do Município de Paracatu, no que diz respeito à reversão dos recursos advindos das medidas compensatórias de natureza ambiental das mineradoras, para: implementar o Parque Estadual de Preservação Ambiental de Paracatu e sua manutenção - o processo está em curso no IEF, o qual estamos acompanhando de perto -; reparar os danos ambientais por medidas apontadas pela sociedade; promover a revitalização histórica e cultural do Município; executar monitoramento ambiental permanente das operações e atividades minerárias, com acompanhamento e controle sistêmico por parte da sociedade; instituir seguro ambiental para as barragens de rejeitos e constituir, por meio das empresas, um fundo de compensação socioambiental, judicialmente, para a garantia dos projetos de fechamento e pós-fechamento das minas; exigir a indenização dos investimentos públicos e a cobrança pelo Município do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU - das empresas mineradoras, devidos pela utilização das áreas ocupadas por residências, que têm sido alcançadas pelas áreas de exploração minerária, e adequar o plano diretor redefinindo o perímetro urbano; constituir um fundo municipal com a totalidade dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Cfm - e de compensações sociais, transferidos pelas mineradoras para financiar o desenvolvimento sustentável. O fundo, que deve ter controle social, será destinado, sempre com a participação da comunidade: à melhoria do Sistema Municipal de Saúde, valorizando a prevenção e a humanização; a investimentos na diversificação da produção, na formação de uma malha de fornecedores e de formação de mão-de-obra, como forma de amenizar o impacto econômico do futuro fechamento das minas e democratizar as oportunidades, ampliando-as; a investimento na indústria do conhecimento - estamos denominando esse esforço de "desenvolvimento da cidade do conhecimento", apoiando a expansão do Cefet e da Unimontes, além da constituição de parcerias, ampliando as parcerias já existentes com as faculdades Atenas, Finon e Tecsona -; a apoio à formação continuada de educadores da Rede Municipal de Ensino e implantação de metodologia para desenvolver competências múltiplas dos educandos; a investir no desenvolvimento da indústria do turismo, aproveitando o nosso imenso potencial e a proximidade de Brasília, o maior mercado consumidor de turismo do País; a dotar a cidade de equipamentos públicos diversificados; a apoiar o trabalho desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu, bem como as organizações sociais que atuam na promoção do protagonismo juvenil e no desenvolvimento da cultura, da cooperação, do empreendedorismo e da economia solidária; implantar uma incubadora de pequenas empresas e pequenos negócios.

E, acima de tudo, o que consideramos fundamental é um esforço de responsabilidade de toda a sociedade para organizar um amplo movimento

social, com a participação dos trabalhadores, dos empresários, dos educadores, dos religiosos, das organizações sociais e do setor público para promover a cidadania ativa, conscientizar e mobilizar a sociedade para elaborar e conduzir a implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Município, ou seja, pensar a nossa querida Paracatu por 20, 30, 50 anos, e contar com esse recurso que deve vir como compensação social, como compensação ambiental da exploração da riqueza mineral do nosso Município.

Um abraço. Obrigado, Presidente, pela compreensão e pela tolerância; obrigado, Deputados. Espero que voltemos todos, ao final do recesso, renovados, animados e dispostos a continuar nosso trabalho nesta Casa.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Doutor Viana, caros companheiros Deputados, Deputadas, boa tarde. É uma alegria, Sr. Presidente, chegar ao final deste semestre e encerrar essa primeira fase dos trabalhos na Assembléia tendo construído amizades e obtido tantos resultados. Quase me empolguei, tive de me segurar, com o pronunciamento do Deputado Lafayette de Andrada, quando mostra, de forma clara, com números, o estupendo crescimento de Minas Gerais em relação ao Brasil. Quase o dobro em todas as áreas específicas.

Sr. Presidente, orgulho-me muito por ser mineiro, orgulho-me mais ainda por estar nesta Casa com tantos companheiros e amigos. Não apenas as amizades dos nossos companheiros homens, mas, sobretudo, das mulheres - mais especificamente da Ana Maria Resende, nossa Líder do Norte de Minas -, as companheiras Deputadas que sabem, de maneira forte, defender os interesses das suas regiões, mas sabem também amenizar o ambiente em que trabalhamos com uma simpatia permanente.

Sr. Presidente, o momento é preocupante. Há três dias, fiz um discurso tentando alertar a sociedade brasileira. Algumas pessoas ligaram-me, recebi alguns "e-mails" a respeito exatamente da crise institucional que vivemos. Anteontem houve o encontro do Ministro da Justiça com o Presidente Lula, um acerto na tentativa de não permitir que esse rompimento das instituições se desse de forma mais forte, o que me traz alguma satisfação.

Cumpramo agora, por ter criticado naquele momento a crise institucional instalada em consequência da ação da Polícia Federal, descontrolada, "holofotária", voltar a essa questão. Houve apelo do Presidente Lula para que o Delegado volte ao processo, tentando amainar essas arestas existentes entre os Poderes da República, que estão criando um clima de intranquilidade entre os brasileiros.

Sr. Presidente, como esse é o último dia em que nós cá estamos, passei aos meus amigos, especialmente ao João Carlos, um livro de poesias de minha autoria. Lerei um poema, que diz assim:

"Memórias embalsamadas / postas em frascos / de plástico colorido / borbulham fermentando / a história da América.

A América embala / memórias de heróis duvidosos. / E, claudicante, / se entorpece / como que mordida de aranha...

Pelo vasto mundo / reis, profetas, dirigentes / gerais e presidentes / apertam-se / em cuecas de fraude.

A escova de dentes / só é útil / para a Estátua da Liberdade, / oca e imponente, / que precisa limpar o sorriso / a cada Vietnã, / a cada Afeganistão, / a cada Iraque, / a cada Laos, / a cada caos.

Na América, / o vendedor de consciências / tem isenção de imposto / e busto na praça."

O Brasil estava virando uma América do Norte. Preocupamo-nos e nos alevantamos sobre essa questão.

Neste encerramento, o importante não é tanto o que vamos falar, mas com quem vamos conviver e o que vamos ouvir. Tenho, por isso, muita alegria em ouvir o Deputado que ouço todos os dias no Canal 23, meu querido companheiro Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Getúlio Neiva, agradeço o carinho de me conceder este aparte, visto que a lista para falar nesta tarde é bem grande. Primeiramente, agradeço o presente que me deu. Sabia que V. Exa. tinha muitas qualidades, mas essa de poeta eu desconhecia. Folheando rapidamente essa obra literária, pude concluir que V. Exa. tem, de fato, uma verve poética que em nada fica devendo aos mais renomados poetas do nosso país.

Aproveito esse tempo do aparte, meu caro Deputado Getúlio Neiva, para agradecer aos colegas que neste primeiro semestre do meu segundo ano de mandato foram tão solidários com este parlamentar. Recebi a amizade e a cooperação de todos. Desejo que Deus nos abençoe nestes poucos dias em que estaremos de recesso, retornando já no início de agosto. Esperamos que todos façam muito bom proveito desses dias de descanso.

Nesta manhã, fugi daqui por um pouco de tempo, dado um compromisso muito sério na Praça Sete. Um grupo se reuniu nesse espaço, vestido de preto, portando cruzeiros de madeira e gritando "não" ao infanticídio.

Neste momento há no Congresso uma lei, conhecida como Lei Muwaji, que precisa ser aprovada. Trata-se de lei de autoria do nosso querido amigo Deputado Henrique Afonso, do PT do Acre, que fala da preocupação com os índios e que busca produzir meios de proteção para as crianças indígenas. Elas estão sendo vítimas de uma barbaridade, em nome de uma cultura. Somos um País contraditório sob certos aspectos. Por um lado, temos leis rigorosas para proteger os animais; por outro, há uma grande dificuldade para se aprovar um projeto de lei que proteja pessoas.

Alguns filhos de índios estão sendo sepultados vivos porque nascem com alguma deficiência física ou por serem filhos de mães solteiras ou fruto de relação de adultério na tribo. Essas crianças estão sendo enterradas vivas, em nome de uma cultura.

É muito importante que esse projeto de lei seja aprovado no Congresso Nacional, para que essas crianças indígenas também sejam vistas, no século XXI, como gente, e não vigore aquela visão retrógrada, da Idade da Pedra, quando se pensava que índio não era gente, não tinha alma. Precisamos da aprovação desse projeto de lei, Deputado Getúlio Neiva, para que nossas crianças indígenas sejam protegidas.

No mais, um abraço a todos os funcionários da Casa, aos jornalistas que cobrem os trabalhos desta Assembléia no dia-a-dia e aos telespectadores da TV Assembléia. Que Deus nos abençoe. Muito obrigado, amigo Deputado Getúlio Neiva pelo aparte. Sucesso em sua empreitada e em sua caminhada. Mantenha aquele compromisso que firmou comigo de pagar uma carne-de-sol para mim na beirada do rio em Teófilo Ottoni, para comemorar seu grande feito.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. É uma alegria poder conviver com V. Exa.

Sr. Presidente, neste momento final, uma preocupação me cala fundo no peito. Há minha alegria, de um lado, por ter assistido aqui à festa dos Deputados do Vale do Rio Doce, em consequência da chegada à região da Aracruz Celulose. Conquistaram grande montante de recursos: R\$2.400.000.000,00 ali serão investidos.

Ainda ontem, o próprio governo federal lançou, de forma definitiva, a licitação, em uma parceria público-privada, para construção da estrada de ferro que ligará Ilhéus à Ferrovia Centro-Oeste. Mais uma vez, Sr. Presidente, aquela parte maior e mais pobre do território mineiro continua sem o influxo positivo de uma decisão forte do governo do Estado e do governo federal.

Temos esperança na ZPE; todavia, essa será de lenta maturação. As empresas chegarão bem devagar, afinal ainda não há um decreto nem forma de ligamento. A própria Zepac, empresa que se constituiu há mais de 10 anos, está endividada em consequência do atraso do governo federal, do próprio Congresso em aprovar medidas necessárias para implantação da ZPE. Temos de desmitificar o fato de que ZPE é assunto para hoje. Está pronta, mas demorará cerca de um ano e meio a dois anos para efetivamente começar a funcionar. Estou alegre em razão de o Vale do Rio Doce ter ganhado uma usina de celulose da Aracruz. Além disso, há a promessa de mais duas usinas também no Rio Doce.

Há a notícia do governo federal sobre a ferrovia, com a qual tanto sonhei, pela qual tanto lutei, que sairá de Ilhéus em direção ao interior brasileiro, ao invés de sair de Caravelas, como tinha sido projetado, o que serviria a Minas Gerais. Mais uma vez, Sr. Presidente, preocupa-me o futuro. Minas, daqui a alguns anos, não poderá mais crescer. Não terá mais como crescer. Nosso Governador deixará o governo dentro de dois anos e meio, e não sabemos quem assumirá seu lugar. Se mantivermos o ritmo atual de crescimento, não teremos por onde exportar nossas mercadorias. Não há portos suficientes para exportação nem sequer do minério de ferro, quanto mais para outras mercadorias produzidas em Minas Gerais.

Lá vai o governo federal construindo a estrada de ferro ligando Ilhéus ao interior do Brasil sem passar por Minas Gerais. Lá vai a Aracruz, postando-se em Valadares. Parabéns, isso é uma maravilha, uma beleza, mas o Norte, o Noroeste e o Nordeste de Minas continuam sem receber investimentos pesados, sem ser contemplados com decisões fortes, que poderiam resolver seus problemas. Não me calarei nem um instante sequer, Sr. Presidente, em relação a esse assunto.

Podem chamar-me de visionário, podem falar que sou sonhador. E eu sou, porque, em verdade, quem não sonha não pode vislumbrar a possibilidade de realizações; quem não sonha não realiza. Por isso é preciso sonhar.

E o meu sonho é ver os governos interessando-se na resolução do problema da economia de 40% do território mineiro, onde vivem 19% dos mineiros, os quais recebem apenas 8% de retorno do ICMS arrecadado no Estado. Ficaremos aqui, com os Deputados do Norte e do Nordeste, brigando, falando da pobreza, da pobreza, da pobreza e da pobreza, porque nenhum governo coloca nessa região investimento pesado na sua infra-estrutura, para resolver o nosso problema, sem nos dar a esmola que nos dão há tanto tempo, como sabe o Deputado Luiz Tadeu Leite.

O governo Aécio Neves tem ido muito bem. A região tem sido altamente beneficiada. A Copanor nos livrará dos graves problemas sanitários que temos, das doenças hídricas e daquelas decorrentes do esgoto a céu aberto. Houve uma série enorme de projetos do governo do Estado, mas até agora, Tadeu, não há um projeto de interiorização do desenvolvimento, de infra-estrutura viária para a região. Ainda é preciso brigar para conseguir tapar buraco em estrada federal. Não é possível continuarmos, Deputado Gil Pereira, eternamente - digo isso a vocês que comandarão Montes Claros - esperando que Minas Gerais tenha uma resposta para quase 40% do seu território, para redimir uma região vasta, que compreende o Noroeste, o Nordeste e o Norte de Minas, o que acontecerá se não tivermos estrada de ferro. Não adiantam as outras soluções, porque serão paliativas. Teremos todas as nossas estradas asfaltadas, todas as nossas ruas calçadas, todos os nossos Distritos e povoados com rede de esgoto e de água, tudo muito bonitinho, mas comeremos e produziremos o quê? Estamos distantes de todos os grandes centros consumidores de Minas Gerais e do Brasil. E, mais ainda, estamos longe do mar, sem condições de transportar nossos produtos.

Até quando esperamos que sejam exploradas as jazidas de minério de ferro de Porteirinha, o calcário de Poté, o caulim de Padre Paraíso, o feldspato, a mica, os pegmatitos abundantes que existem de Teófilo Otôni até a divisa da Bahia, correndo pela BR-116? Sr. Presidente, não sei até quando esperamos por isso.

É claro que o governo do Estado tem feito a sua parte, mas não posso conter-me, Sr. Presidente, mesmo apoiando os governos Lula e Aécio, não posso calar-me em relação à necessidade de infra-estrutura para o desenvolvimento dessas regiões de Minas Gerais.

Neste discurso final, quero reafirmar que não me esqueci ou me afastei desses assuntos. E, mesmo que eu tenha de tomar rumo diferenciado, daqui a alguns dias, em outra eleição, continuarei batendo nessa tecla, por intermédio da AMM e da Femam, perquirindo os meus companheiros Deputados que aqui estiverem, a partir do ano que vem, para que esses assuntos não morram. Uma parte de Minas, um pedaço de Minas, precisa de uma ajuda diferenciada na sua infra-estrutura para sair da dependência, da esmola permanente que existe no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte de Minas.

Nesta Assembléia, Deputado Domingos Sávio, foi feita uma Constituição, na década de 50, em que se colocou que 5% do Orçamento seria destinado para redimir as pessoas mais pobres do Estado, especialmente o Jequitinhonha. A partir desses recursos que estavam assegurados no Orçamento - 5% do total arrecadado no Estado -, criou-se a Codevale, que faliu. E não se aplicou nem sequer 0,5%. Se não houver uma decisão mais forte do governo de fazer a transformação da economia dessa região, o Nordeste, o Norte e o Noroeste de Minas Gerais serão sempre um peso para o resto dos mineiros.

É isso o que as pessoas ainda não entenderam. Ficaremos eternamente dependendo de que o governo nos repasse dinheiros diferentes, mais recursos, porque somos incapazes de produzir, uma vez que o Estado brasileiro foi incompetente e não colocou a infra-estrutura para que pudéssemos carrear para seu destino os nossos produtos.

Temos um subsolo riquíssimo, Sr. Presidente. Estranha-me as pessoas não perceberem e não entenderem que a região está assentada sob a maior província pegmática das Américas. As oportunidades minerárias são infinitas, mas não há um projeto, um plano, não se direciona uma grande empresa para buscar esses minérios e transformar a realidade da nossa região.

Concluo, Sr. Presidente, esta primeira fase voltando a falar pelo art. 70. Não me calarei nem um instante sequer em relação às necessidades do Nordeste do meu Estado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a última reunião deste semestre nos possibilita - e é forçoso fazê-lo - uma espécie de balanço das atividades desta Casa, que, realmente, trabalhou muito bem. Deputado Doutor Viana, Presidente desta reunião, grande liderança da região Central de Minas Gerais e, principalmente, da cidade de Curvelo, da qual é um dos mais importantes cidadãos, porque é um dos que mais trabalha pela região, queremos falar da importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26, que reforma o Poder Judiciário em Minas Gerais, dando agilidade, melhor atuação e produtividade à Justiça em nosso Estado.

Devo informar que, atendendo a uma reivindicação dos colegas advogados da Comarca de Montes Claros, da 11ª Subseção da OAB, na pessoa

do Dr. Dalton Caldeira Rocha, conseguimos aprovar a implantação de mais quatro varas cíveis e criminais nessa Comarca. Essas varas atenderão à demanda crescente nessa cidade, onde sou o Deputado majoritário. Felizmente, isso significa um aumento de 18 para 22 varas, que deverá atender de forma muito eficiente ao funcionamento da Justiça local.

Quero aproveitar o ensejo para cumprimentar o novo Diretor-Geral do DNOCS no Norte de Minas, o Prof. Marco Antônio Câmara - o conhecido Marcão -, cidadão montes-clarense com grandes qualidades, que assumiu o cargo na semana passada. Ele deverá ter uma grande atuação, com sua competência e simplicidade. Daqui, queremos levar os parabéns a S. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Montes Claros encerramos este semestre com a contabilização de muitos investimentos feitos pelo governo do Estado. Às vezes, para o cidadão menos informado, fica a impressão de que não é muito, em razão da fraca divulgação e, praticamente, do proposital esforço para esconder, para não divulgar as obras que o Governador Aécio Neves vem fazendo na cidade. Infelizmente, deve-se dizer que a própria Prefeitura de Montes Claros acaba adotando, como se fossem seus, os investimentos pesados dos governos federal e estadual. Isso tem causado grande prejuízo à imagem do nosso Governador Aécio Neves e do Presidente Lula.

Procurando informações, acabei sabendo que os investimentos totais em Montes Claros estão em cerca de R\$368.000.000,00. A Secretaria de Educação investe mais de R\$15.000.000,00; a Secretaria de Saúde, mais de R\$37.000.000,00; a Secretaria de Defesa Social, cerca de R\$45.000.000,00; a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, R\$27.000.000,00; a Cemig, R\$30.000.000,00.

Continuando, Sr. Presidente, a Copasa investiu, de 2003 a 2007, R\$120.000.000,00, inclusive com uma estação de tratamento de esgoto que está sendo construída em Montes Claros. E a previsão para 2008 e 2009 é de mais de R\$73.000.000,00. Já a Cohab investiu R\$4.500.000,00. Portanto, são R\$368.000.000,00 investidos em Montes Claros. É um investimento muito grande; por isso, aproveitamos para agradecer ao Governador Aécio Neves por esse empenho.

Para o combate aos efeitos da seca, os investimentos da Defesa Civil foram de R\$17.000.000,00; os investimentos da Emater e da Epamig, de R\$8.000.000,00; os investimentos do BDMG, por meio do Fundese Solidário, foram de R\$20.000.000,00; e os investimentos da Ruralminas, de R\$8.000.000,00, totalizando mais de R\$53.000.000,00. Portanto, são investimentos mássculos, investimentos importantes do governo do Estado em Montes Claros, os quais, infelizmente, vêm sendo apropriados pela Prefeitura Municipal como se fossem obras do Município, quando sabemos que são obras do governo do Estado.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero destacar a duplicação da Av. Magalhães Pinto, que é uma das principais vias de acesso de Montes Claros e a principal via do aeroporto local até a região central. Trata-se de uma duplicação, de uma obra de quase R\$10.000.000,00, que é do governo do Estado e está sendo implantada na cidade. Por essa razão, nós, de Montes Claros, temos motivos de sobra para agradecer ao Governador Aécio Neves o empenho, as obras, os benefícios e sua presença constante na nossa Montes Claros, que, exatamente por isso, terá mais condições de viabilizar o desenvolvimento desta cidade que se tornou capital de toda uma região que abrange o Norte de Minas.

Neste final de semestre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero parabenizar os colegas parlamentares, a imprensa, sempre acompanhando os trabalhos desta Casa, e principalmente aqueles que nos acompanham em todos os rincões do Estado pela TV Assembléia. Em quase 300 Municípios mineiros, diariamente o sinal da TV Assembléia está chegando às residências, a todos os recantos, para levar a palavra, a mensagem dos senhores parlamentares e, principalmente, as reivindicações para que tenhamos melhores dias em nosso Estado, se Deus quiser. Muito obrigado a todos e parabéns a esta Casa pela atuação neste primeiro semestre do ano de 2008.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, público que nos acompanha nas galerias ou pela TV Assembléia, quero fazer, neste momento, um breve balanço dos nossos trabalhos no primeiro semestre deste ano, que se prolongou pela primeira quinzena do mês de julho, antes de ter pouco mais de uma semana de recesso, que certamente será de muito trabalho, visitando as cidades em que atuamos e acompanhando o início das campanhas às Prefeituras Municipais, o que fará desse momento a oportunidade de revermos os amigos e de trabalharmos naquilo que é a nossa vocação: a política feita com a comunidade, com cada cidadão que nos elegeu. Mas é muito oportuno fazer esse balanço porque, embora o trabalho legislativo certamente não se resume às nossas votações neste Plenário, é muitas vezes passado para a comunidade que o trabalho do Deputado é apenas o de votar projetos de lei e acompanhar a execução das leis. É verdade que esse é um dos principais trabalhos que têm os Deputados Estaduais aqui, os Deputados Federais no Congresso Nacional e os Vereadores nas Câmaras.

Mas não fica nisso. É claro que, além desse trabalho, há uma interação entre a comunidade que representamos e o Poder Executivo, principalmente, ao qual levamos, no dia-a-dia, as reivindicações - e há muita luta para conseguirmos materializar essas reivindicações.

Começo fazendo um balanço no campo legislativo. Nesta Casa, trabalhamos de maneira intensa, no primeiro semestre, para aprovar diversos projetos. Tive a felicidade de alguns de minha autoria serem aprovados, e outros continuam em tramitação, como o projeto que atende os produtores de leite, criando a possibilidade de o crédito de ICMS do leite ser automaticamente atualizado na medida em que o preço do leite é corrigido. Há também um projeto que trata das margens de represas, preservando-as, mas permitindo ao produtor que faça o seu plantio, desde que não prejudique o meio ambiente, e permitindo ao turismo que faça os investimentos necessários, num limite de até 30m, e não, 100m. Isso foi discutido com o Igam e com as figuras que atuam na área ambiental, dentro da visão que sempre defendi, a de que é preciso preservar o meio ambiente, mas é preciso também estabelecer meios para que possamos produzir e trabalhar, conciliando o desenvolvimento com o meio ambiente. Isso foi tema até de um seminário na Assembléia, em que tratamos de licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável. Depois tivemos o Minas de Minas, a partir da nossa iniciativa, além da de outros colegas, claro, mas foi uma proposição deste Deputado, que já surtiu alguns resultados. Por exemplo, o Decreto nº 44.309 trazia duras penalidades ao produtor rural, às vezes uma punição de R\$20.000,00 porque ele estava usando a água de um pequeno córrego, de uma nascente, para beber e matar a sede da sua família. Aquela água estava sendo ali retirada, às vezes, há mais de um século, e, após a fiscalização, pelo fato de não haver uma outorga ou o cumprimento de uma burocracia, isso gerava multas para produtores rurais de forma absurda e abusiva. Esse é um dos exemplos, e vários outros nessa mesma linha foram modificados graças ao trabalho que fizemos aqui. Esse decreto foi modificado há pouco mais de duas semanas, e muita coisa que estava sendo praticada, de maneira abusiva, contra os produtores rurais, contra os pequenos empreendedores passa agora a ter uma regulamentação, para que possamos preservar o meio ambiente, mas respeitar quem quer trabalhar e produzir.

Quero ater-me a mais dois projetos que votamos nesta última semana. Um é uma luta que venho travando há muitos anos, com o apoio de vários outros colegas: a revisão salarial dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. Sou médico-veterinário, pessoa ligada à atividade rural, e sei como o IMA é importante não só para o produtor rural e para quem trabalha lá, mas para todos os mineiros. O IMA é o órgão responsável não só por fiscalizar, mas por orientar, acompanhar as vacinações, o controle das doenças que podem afetar os rebanhos e animais domésticos de um modo geral. Isso é fundamental para a saúde pública. Nós todos, no dia-a-dia, alimentamo-nos não só de vegetais, mas de produtos de origem animal - leite, carne, ovos e derivados da produção animal. Esses produtos têm de ter uma fiscalização, que é feita pelos profissionais do IMA. É uma tarefa séria, de alta responsabilidade, que exige dedicação exclusiva. É um trabalho que tem caráter de fiscalização, portanto, em alguns momentos, expõe o funcionário à situação conflituosa de ter de multar o infrator para garantir o respeito às normas, o que não é desejo de nenhum deles, mas eles têm de manter sua autoridade. E chegavam a ganhar quantias irrisórias. Continuará assim até daqui a algumas semanas, porque o Governador deve sancionar o projeto de lei que votamos nesta Assembléia, fazendo uma revisão salarial para os servidores do IMA, que os colocará mais próximos da realidade do mercado de trabalho. Hoje um veterinário do IMA não ganha nem a metade, às vezes nem um terço do preço pago no mercado, de um modo geral, a esse profissional, a essa categoria. Essa injustiça

precisava ser corrigida; portanto, esse foi um dos frutos positivos deste semestre. Conseguimos votar e aprovar retroativamente a 1º de janeiro, garantindo uma espécie de décimo terceiro antecipado, o que naturalmente redimirá um pouco o governo do erro. Venho lutando há muito tempo para corrigir essa injustiça.

Diga-se de passagem, sempre tive a compreensão do Governador Aécio Neves, do Prof. Anastasia e do Dr. Altino, Presidente do IMA, que logicamente diziam: "Precisamos de um tempo, porque não se corrigem todas essas injustiças com os servidores de uma vez só". O Governador Aécio Neves vem melhorando gradativamente essa relação com o funcionalismo. Isso tem de continuar até que alcancemos 100% do funcionalismo com uma remuneração mais justa e adequada, pois isso repercutirá positivamente para o cidadão, com a qualidade do serviço público sempre melhorada.

O Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, que trata da organização e divisão do Poder Judiciário, é um outro projeto extremamente importante que votamos - aliás, concluímos hoje a votação. Às vezes, o cidadão comum diz que isso envolve os advogados e os Juizes. Ora, isso envolve todos nós, cidadãos. Para vivermos, de fato, numa sociedade mais justa, é preciso uma Justiça que seja acessível a todos. Não adianta ficarmos falando em liberdade ou justiça se, no dia em que precisamos, ela é lenta, morosa ou nem existe. A estrutura do Judiciário é que define isso. Muitas cidades no interior de Minas têm uma dificuldade enorme porque não há Juizes para proferir a sentença, julgar e tomar as decisões nem Promotores, nem sequer uma comarca instalada. Com esse projeto que votamos, foram criadas varas, e, portanto, serão designados Juizes para um número enorme de cidades. Não tivemos apenas a criação de varas. Poderia destacar e citar aqui inúmeras, Sr. Presidente.

De forma breve, revelo minha alegria com a região do Centro-Oeste, dos Campos das Vertentes, de onde as pessoas me trazem a demanda, assim como na Grande BH, onde estou no dia-a-dia. Acompanhamos com alegria a criação de vara em Abaeté; Betim, que fica bem ao lado de Belo Horizonte, onde tenho familiares e meus contatos; Caeté, que, aliás, foi objeto de emenda minha, aqui; Campo Belo, Cláudio, Contagem, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Divinópolis - aliás, incluí, na reta final, mais duas varas para a minha querida Divinópolis -; Dores do Indaiá, Formiga, Ibiá - aliás, o Prefeito de Ibiá me telefonou agora para agradecer, pois vinha lutando muito e estava preocupado com a necessidade de melhorar o atendimento jurisdicional na cidade -, assim como Itaúna, Lavras, Nova Serrana, Oliveira, Pará de Minas, Pompéu, São João del-Rei. Aproveito a menção de São João del-Rei para fazer uma referência importante.

Lutamos muito aqui para criar a entrância especial, que é a estrutura que tem um atendimento melhor e equipara a comarca à de Belo Horizonte. O Deputado Sargento Rodrigues conhece profundamente isso. Quando iniciamos essa luta, percebemos que era também a de vários outros colegas, em relação a outros Municípios das diversas regiões de Minas. Num processo também negociado com o próprio Tribunal de Justiça, tivemos a vitória de mudar a regra, que exigia no mínimo, 250 mil habitantes para a comarca tornar-se de entrância especial, e baixamos a exigência para 130 mil habitantes e 5 varas instaladas. Então, é claro, a Comarca da minha Divinópolis passa a ser, automaticamente, de entrância especial. Várias outras cidades de Minas Gerais passam também a essa condição. Felizmente, no último minuto, consegui aprovar uma emenda incluindo São João del-Rei e outra emenda evitando que a região do Vale do Aço, que era chamada região metropolitana, deixasse de ser de entrância especial. Continua, portanto, Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga, também a partir de uma emenda que tive a alegria de apresentar.

Deputado Sargento Rodrigues, independentemente de aparte, espero ter o prazer de ouvi-lo na seqüência. Quero destacar a luta do Deputado Sargento Rodrigues por diversas causas e, em especial, pelas teses que melhor do que ninguém defende em favor de toda a Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, enfim, do setor da segurança pública.

Encerrando a reflexão sobre esse projeto de lei complementar do Judiciário, quero lembrar que, além de ter lutado pela criação de varas em várias cidades, lutei pela entrância especial, que beneficiou também várias cidades-pólo. Aliás, falava justamente das cidades-pólo beneficiadas, como São João del-Rei e Divinópolis. Isso é bom para melhorar o atendimento do Judiciário no interior.

Mas há um outro ponto que trará melhorias, que é a criação do cargo de Assessor de Juiz, por meio de uma emenda de minha autoria, em atendimento a uma sugestão da Amagis. Isso não é nenhuma mordomia. Uma vez que um Juiz assume a comarca, não poderá escolher a quantidade de trabalho que chegará para ele. Em algumas comarcas, eventualmente, chega a haver acúmulo de milhares de processos. Quem perde com isso? O cidadão que está esperando uma decisão judicial para receber um direito trabalhista, uma indenização ou para que seja feita justiça em relação a algo que o está prejudicando. Os processos ficam parados, e não por má-vontade do Juiz, mas porque ele não consegue atender à demanda, que de repente se acumula. Assim autorizamos, nesse projeto, que o Tribunal de Justiça crie o cargo de assessor especial para Juiz, dando um prazo de no máximo seis meses para que seja efetivado. Os assessores atenderão a situações emergenciais e resolverão o problema de acúmulo de serviço, auxiliando o Juiz na pesquisa e na análise dos processos, para que ele fique efetivamente com aquilo que não pode delegar, o poder de tomar a decisão, julgar essencialmente o mérito das questões.

Tenho ainda uma série de aspectos importantes, Sr. Presidente, mas me limitarei a isso, porque quero aproveitar o último minuto para falar de algo fundamental, o trabalho do parlamentar fora do processo legislativo. Disse, no início do pronunciamento, que - muitos pensam que Deputado é para fazer lei - o que mais fiz neste semestre foi lutar para levar benefício para comunidades. Não apenas eu, mas cada Deputado atuou para suas bases, é claro. Como disse, represento um número, graças a Deus, expressivo de cidades. Quanto àquelas cidades que me deram a honra de representá-las, nenhuma foi esquecida. Alguma coisa conseguimos para elas: convênio para construir posto de saúde, para melhorar hospitais ou, na área de obras, para asfalto, pavimentação. Poderíamos citar uma enormidade de situações. Por exemplo, em Divinópolis acabamos de conseguir um convênio de R\$3.000.000,00 entre a Prefeitura e o governo do Estado, para a construção de um viaduto, dando seqüência à Rua Castro Alves, ligando o Bairro São José ao centro de Divinópolis. Era uma reivindicação antiga, desde a época em que era Prefeito, e conseguimos esse convênio com o governo do Estado. Sou majoritário na minha querida Divinópolis, portanto tive a alegria de ser informado diretamente pelo Governador sobre o apoio a esse Município. Conseguimos também um convênio importante para Bom Despacho, para a construção de uma ponte ligando essa cidade a Dores de Indaiá, sobre o Rio São Francisco. Reivindicamos isso também durante muito tempo. Há várias outras conquistas, para Oliveira, São João, Pompéu, Luz, Ibiá, Moema, Nova Serrana, Barroso, enfim, vários outros Municípios, mas não as nominarei, pois são mais de 60 Municípios, nos quais tenho atuado de forma direta, ora com emenda, ora sendo interlocutor para conseguir que os programas do governo Aécio Neves, que felizmente têm alcançado toda a Minas Gerais, alcancem aquelas cidades.

Por fim, tenho a alegria de conseguir o apoio total do Governador para a instalação de uma indústria de autopeças em Divinópolis, uma das maiores fornecedoras da Fiat e da Iveco, a Proema. Há poucos dias, tivemos uma audiência com o Governador e levamos-lhe nossa preocupação, a fim de que seja dado apoio, em termos de infra-estrutura, para esse projeto. Uma indústria como essa representará, em médio prazo, empregos diretos e mais impostos para o Estado. Num primeiro momento, é preciso estruturar o acesso ao terreno, como também energia elétrica. Isso é normal, mas tem de haver uma tomada de decisão do Governador Aécio Neves, que foi positivo comigo. Os resultados já estão aparecendo, a sua equipe já está em contato com o pessoal da empresa, e eu estou fazendo essa interlocução. Não tenho dúvida de que conseguiremos viabilizar esse empreendimento para Divinópolis, o qual repercutirá no Centro-Oeste mineiro, pois uma indústria de grande porte de autopeças pode ajudar-nos a alavancar a ida de outras indústrias para a região, que já possui vocação industrial, mas há muito tempo não recebe um investimento desse significado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância. Desejo a todos os colegas que unam o útil ao agradável: descansar um pouco, nesses próximos 12 dias e, ao mesmo tempo, rever as suas bases, os seus parceiros nesse projeto democrático que se inicia, as eleições municipais. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de agradecer a todas e a todos, cumprimentá-los e dizer-lhes da nossa imensa alegria pela maneira

carinhosa com que as pessoas nos tratam nos locais por onde andamos, seja em Belo Horizonte, seja em outras regiões do Estado, de tal forma ficou marcada a campanha pela redução da tarifa de energia em Minas Gerais. Realmente foi um marco histórico, porque foi a primeira vez, em 56 anos, que a Cemig reduziu a tarifa. E foi uma redução significativa, de 17,11% para o comércio, para pequenas indústrias, para a baixa tensão e para todas as residências do Estado.

Muitos nem acreditavam que essa redução seria possível. Isso mostra que, quando há mobilização, determinação, união e pressão, conseguimos fazer valer os nossos direitos.

A campanha foi maravilhosa, contagiou todo o Estado. Recolhemos mais de meio milhão de assinaturas na Praça Sete, no metrô em Contagem, em Betim, no Sul e no Norte de Minas, na Zona da Mata, no Triângulo, enfim, em todas as regiões do Estado. As pessoas contribuíram, entraram na campanha e enviaram contribuições por "e-mail", carta e fax para a Aneel. É a primeira vez que Minas Gerais sedia a maior audiência pública em toda a história do nosso país em relação a revisões tarifárias da Aneel. Foi a maior audiência pública do País.

A primeira revisão tarifária, que ocorreu há mais de cinco anos, não contou com a participação de nenhum representante residencial. Compareceram apenas 79 pessoas representando o comércio e a indústria. Naquela época, a conta de luz aumentou mais 30%. No próprio documento da Aneel, ela reconheceu que se trata da maior participação já vista em processo de revisão. Na revisão da Cemig, ocorrida em 2003, quando a tarifa aumentou 31,53%, foram recebidas apenas 11 contribuições, tendo-se reunido em audiência apenas 79 pessoas, e nenhum era consumidor residencial. Na revisão deste ano, somente eu, juntamente com o Deputado Federal Elismar Prado, apresentamos 16 contribuições. Do ponto de vista técnico, provamos várias falhas na planilha de custo. Darei um exemplo claro e objetivo. Na planilha de custo constava que um poste era trocado a cada três anos. Conseguimos mostrar que se tratava de uma falha. Imaginem só a quantidade de postes no Estado inteiro, em Belo Horizonte, na porta da sua casa, no seu bairro. Quer dizer, se esse cálculo fosse verdadeiro, a cada três anos trocariam todos os postes do Estado. Essa foi uma falha que detectamos.

Um outro ponto diz respeito aos gastos oficiais com publicidade. Acompanhamos toda a planilha apresentada, juntamente com a publicação no diário oficial durante o ano inteiro. Analisamos um por um. Conseguimos identificar que os números apresentados não eram os divulgados. Com isso, mostramos que havia falha na planilha de custos. Além disso, conseguimos comprovar, em vários outros itens, que a população estava pagando um valor maior e que, aliás, tem direito, na nossa avaliação, à devolução dos valores pagos a mais nos anos anteriores. Tudo isso, juntamente com as contribuições que a população enviou, o abaixo-assinado, a presença maciça de pessoas na audiência pública em Belo Horizonte, possibilitou a nossa vitória. Estivemos presente, com o Deputado Elismar Prado, em Brasília, na Aneel, participando de várias reuniões com a relatora do processo, Dra. Joísa; esta, aliás, enviou uma correspondência para a Assembléia Legislativa dizendo que acatou e incorporou todas as nossas propostas. Elas foram fundamentais para a redução da tarifa de energia.

Reconheço o trabalho de todos os Deputados desta Casa nessa questão. O Deputado Domingos Sávio esteve presente à reunião da Aneel aqui em Belo Horizonte, entregou um documento com a assinatura de todos os Deputados desta Casa solicitando uma redução do índice que poderia chegar a 15%.

Fica aqui nosso reconhecimento pela participação desta Assembléia Legislativa e pela mobilização popular.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Weliton Prado, quero cumprimentá-lo e dar testemunho dessa luta. Cada dia mais, no ambiente democrático em que vivemos, temos de aprender a construir uma convivência saudável, aprender a nos unir pelas causas e pelas idéias. Às vezes temos divergências também no campo das idéias, mas isso é também saudável. Quando temos uma causa de interesse do nosso povo, não faz sentido ficarmos polemizando. Pelo contrário, precisamos unir-nos.

E foi isso que ocorreu. Vimos o trabalho que V. Exa. desenvolveu, lutando para que tivéssemos redução da tarifa de energia. Da mesma maneira, empenhei-me trabalhando não só aqui. Como V. Exa. lembrou, fui às audiências e manifestei-me, de maneira clara, dizendo que o sentimento unia a base do governo, a Oposição e os elementos da própria estrutura do governo Aécio Neves, sendo aquela a hora de encontrarmos mecanismos para reduzir custos.

Lembro-me, aliás, de algo que possibilitou a redução dos custos. Todos os cidadãos de Minas - de Belo Horizonte e do interior -, todos nós, consumidores de energia da Cemig, tínhamos de pagar uma parte do combustível das usinas térmicas do Norte do País, de alguns Estados que não têm abastecimento de energia elétrica satisfatório. Essa Contribuição para o Combustível - parece-me que se abreviava por CC - era cobrada na conta de todo cidadão. Pensem bem: o cidadão de baixa renda, pobre e humilde, tinha de contribuir para resolver problemas de outros Estados da Federação. É preciso encontrar um meio de atender o cidadão pobre de outros Estados do Nordeste, mas não tirando mais dos cidadãos mineiros. Essa e outras atitudes tornavam possível a redução, mas isso não aconteceria se não nos uníssemos. Nisso V. Exa. tem razão. Parableno-o por sua atitude. Estive ao seu lado, lutando por essa causa.

Quero lembrá-lo de que, além disso, temos lutado nesta Casa por outras coisas. Uma delas, por exemplo, é a retomada do Luz para Todos. Essa retomada foi possível na medida em que foi celebrado novo convênio do governo do Estado com o governo federal. Creio que, nos próximos dias, recomeçam as ligações para atendermos a 100% dos mineiros.

Quero despedir-me mostrando que, mesmo divergindo em alguns momentos, devemos ter a grandeza de nos unirmos naquilo que traz benefícios para nossa população. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Quero agradecer e parabenizar o Deputado Domingos Sávio. Entendemos que é preciso principalmente tratar a energia elétrica como serviço público essencial, e não como mera mercadoria ou bem de consumo.

A tarifa de energia realmente é muito cara. Podemos fazer a comparação. Tenho aqui os dados. A tarifa de energia em Minas Gerais é a mais cara do Brasil. Fizemos uma tabelinha, que era consultada pelas pessoas com frequência. A energia em Minas é 17% mais cara que a da Bahia; 30% mais cara que a do Ceará; 43% mais cara que a do Rio de Janeiro; 44% mais cara que a de Santa Catarina; 47% mais cara que a de Goiás; 48% mais cara que a do Rio Grande do Sul; 49% mais cara que a do Espírito Santo; 61% mais cara que a do Pará; 72% mais cara que a de Brasília; 76% mais cara que a de São Paulo e 107% mais cara que a do Amapá.

Outro ponto sério da nossa campanha foi a conscientização das pessoas relativamente ao que pagávamos de impostos e tributos. Só de ICMS chega-se a 42%. O ICMS de Minas Gerais também é o mais caro do Brasil. O ICMS é de 30%, mas, com a cobrança por dentro, chega-se a 42%.

Costumávamos falar algo, que gosto de repetir, para deixar bem marcado. É bom que as pessoas entendam, após reflexão, até porque faz parte do contexto histórico do Estado, que Tiradentes foi esquartejado e morto por 1/5 da Coroa, dos impostos cobrados, o equivalente a cerca de 20%. Só de ICMS, em Minas Gerais, são cobrados 42%. Se forem cobrados todos os tributos e encargos, chega-se a 62%, ou seja, três vezes mais o percentual pelo qual Tiradentes foi esquartejado. O Deputado Federal Elismar Prado, na reforma tributária, apresentou uma emenda para diminuir o ICMS da conta de energia elétrica, colocando o maior percentual cobrado de 25%. Seria outra redução significativa se essa emenda fosse aprovada.

Tenho também um projeto tratando do mesmo assunto, tramitando nesta Casa. O meu projeto diminui o ICMS da conta de luz. Seria mais um avanço, uma forma de diminuir a conta de energia. Já conseguimos a redução de 17% no valor da tarifa. Se conseguirmos diminuir mais o ICMS, a conta poderá cair mais.

Queria ressaltar outras bandeiras de lutas que intensificaremos. Queremos convidar todos para que participem desse movimento conosco, porque é muito importante essa mobilização. Na campanha pela redução da tarifa de energia elétrica, tivemos uma magnífica participação das pessoas que ficaram contagiadas. Elas acreditaram, mobilizaram-se, e o resultado está aí. Da mesma maneira que conseguimos reduzir a tarifa de energia elétrica em Minas Gerais em 17%, conseguimos também impedir a cobrança da Taxa de Incêndio para todas as residências. Conseguimos igualmente impedir a cobrança para chamar a polícia. Se o policial fosse a pé, teriam de ser pagos R\$12,00; se fosse de moto, R\$15,00; se fosse de carro, R\$27,00 para cada policial. Conseguimos impedir isso porque as pessoas entraram realmente na campanha, acreditando que era possível vencer. Com a mobilização e a união de todos, tivemos vitória em todas essas campanhas. Intensificaremos também a luta pela redução da tarifa da Copasa, outro abuso que tem sido cometido em Minas Gerais e que já foi inclusive motivo de várias representações que apresentei ao Ministério Público Estadual. Além disso, intensificaremos a revisão do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o famoso DPVAT. É um absurdo os aumentos sucessivos que ocorreram nos últimos anos. Esse Seguro, para as motos, tem subido de forma arbitrária e absurda. Os motoristas foram pegos de surpresa com o último aumento abusivo de 38% para as motos. O Seguro Obrigatório passou de R\$183,34 para cerca de R\$254,00, em 2008. Segundo a categoria, o aumento somou 165% desde 2005, quando o valor era de R\$96,00. Em 2006, passou para R\$137,00, com um aumento de 43%; em 2007, passou para R\$183,00; e, em 2008, houve um aumento de 33%. A fatura, então, foi para R\$254,00. É inadmissível essa situação. Não podemos aceitar, de maneira nenhuma, esses aumentos abusivos que aconteceram no Seguro DPVAT, tanto para as motos quanto para os carros. Não dá saltar de R\$96,00 para R\$254,00 em poucos anos; não há justificativa para isso. Sr. Presidente, é importante fazer todo um rastreamento. Queremos fazer uma devassa. Teremos a participação do Deputado Federal Elismar Prado, que já está solicitando toda essa documentação em relação à Federação Nacional das Seguradoras - Fenaseg.

Enfim, estamos fechando o semestre com chave de ouro. A nossa Comissão de Assuntos Municipais, mais uma vez, foi considerada uma das comissões mais atuantes. Tive a honra de ter sido o relator do projeto da nova organização do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Conseguimos garantir a criação de novos cargos de Juizes em todo o Estado de Minas, para facilitar o acesso da população ao Poder Judiciário. Somente em Uberlândia, são mais 10 varas, mais 2 Juizes.

Fico muito feliz, porque fechamos o ano com vários projetos aprovados, como o Projeto de Lei Complementar nº 26, da organização judiciária. Conseguimos uma vitória inédita e incrível: em 56 anos, é a primeira vez que a conta de luz é reduzida no Estado de Minas Gerais. Quero agradecer e dizer que a mobilização e a luta têm de continuar. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/7/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Raquel de Mello Avelar Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Raquel de Mello Avelar Lima para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando Fernando Antônio Nonato da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando José Nonato da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

exonerando Víctor Fernandes Cardoso do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Víctor Fernandes Cardoso para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando Marília Naves Gonçalves do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;

nomeando Bárbara Peixoto da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Eduardo de Souza Veloso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Guilherme Neiva Castro do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Natália Neiva Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Pâmela Reis Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Natália Neiva Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Pâmela Reis Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Renata Neiva Castro para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando Clayton Ventura Andrade do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Erika Fabiana de Andrade Cândido Teixeira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando Maria Isabel Aparecida Gonçalves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Rachel Neves Dourado do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Roberta Alessandra Ferreira de Freitas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Erika Fabiana de Andrade Cândido Teixeira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Rachel Neves Dourado para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Edilene Puccini Cunha para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Saúde.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Érika de Almeida Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos da Resolução nº 800, de 5/1/67, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, e à vista do Parecer da Mesa exarado em reunião de 14/7/08, assinou o seguinte ato:

concedendo à servidora Valéria Ferreira de Paula, Analista Legislativo, padrão VL- 67, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, no período de 18/8/08 a 16/1/09.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2008

Objeto: confecção e instalação de mobiliário e fornecimento e reforma de portas.

Pregoante vencedora: Marcenaria Irmãos Vaz Indústria e Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2008

Objeto: aquisição de resmas de papel.

Pregoantes vencedoras: Encapa - Atacado e Varejo Ltda. (lotes 1, 2, 4, 11 e 13); Port. Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda. (lotes 3 e 5); Luisagnes Comércio e Distribuição de Materiais Ltda. (lotes 8 e 12) e Resma Comércio de Papéis Ltda. (lotes 6, 7, 9 e 10).

Belo Horizonte, 31 de julho de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de componentes para microcomputadores, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h30min do dia 13/8/2008.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.